



**Cagece**

Companhia  
de Água e Esgoto  
do Ceará



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria de Administração

CONTRATO Nº 54/2014 – PROJU – CAGECE



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ –  
CAGECE E A EMPRESA CERTA SERVIÇOS  
EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, PARA  
OS FINS NELE INDICADOS.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE, situada na Rua Dr. Lauro Vieira Chaves, nº 1030 – Vila União, inscrita no CNPJ sob o nº 07.040.108/0001-57, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Presidente, André Macêdo Facó, brasileiro, casado, engenheiro civil, Diretor de Gestão Empresarial, José Alberto Alves de Albuquerque Júnior, brasileiro, casado, economista, e Diretor de Operações, Francisco Josinete Souza Araújo, brasileiro, casado, engenheiro civil, residentes e domiciliados nesta cidade de Fortaleza/CE, e a Empresa CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede na Rua Teodorico Barroso, nº 230 – Vila União, inscrita no CNPJ sob nº 07.468.050/0001-47, aqui denominada de CONTRATADA, por seu representante legal, ao final assinados, RESOLVEM celebrar o presente contrato, mediante as Cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Presencial nº 20140010, e seus anexos, os preceitos do Direito Público, e a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do Pregão Presencial nº 20140010 e seus anexos, e a proposta da CONTRATADA, apresentada no dia 24/04/2014, e, ainda nos demais despachos e documentos constante do Processo nº 0528.000114/2013-08-Cagece, os quais constituem parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para Execução de Serviços de Manutenção Eletromecânica nos Macrossistemas Operados pela Gerência de Manutenção Estratégica – GEMAE, da CAGECE, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na Proposta da CONTRATADA.



\\servidor\gerencia\proj\contratos\Outros\Contratos\2014\00540014.doc 1

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Vila União  
CEP: 60.420-280 - Fortaleza - CE - Brasil  
Fone: (85) 3101-1623 Fax: (85) 3101-1549

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPJ  
TABELIA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.880/0001-87  
Rua Major Fausto, 574 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5000  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nestas Notas Públicas  
referido é verdade Dou fé, Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

Cartório  
MORAIS  
CORREIA

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Piza Uma Barbosa  
( ) - Ariane L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - José Juaci A. de Mesquita Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Escreventes  
Op: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



**CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão executados em Fortaleza. A gestão contratual estará a cargo da Gerência de Manutenção Estratégica – GEMAE, instalada na Sede Administrativa da CAGECE.

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO**

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 2.962.003,80 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, três reais e oitenta centavos), sendo o valor mensal de R\$ 246.833,65 (duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos).

5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

5.4. O preço ofertado em função da taxa de administração será irrevogável.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado a contratada, mensalmente, pela CONTRATANTE, após a realização dos serviços, devidamente certificados pela FISCALIZAÇÃO da CAGECE, através de depósito bancário em conta a ser fornecida pela própria CONTRATADA, exclusivamente no Banco Brasileiro de Descontos S/A – BRADESCO, e mediante a apresentação dos seguintes documentos junto à fatura dos serviços prestados:

- a) Nota fiscal dos serviços;
- b) GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) do mês anterior ao período medido;
- c) Relação dos empregados constantes no arquivo SEFIP (mês anterior ao período medido);
- d) GPS (Guia da Previdência Social) do mês anterior ao período medido;
- e) Folha de pagamento do mês anterior ao período medido;
- f) Certidão do INSS atualizada;
- g) Certidão do FGTS atualizada;
- h) Declaração de contabilidade regular, em papel timbrado, assinada e datada pelo contador e representante legal da Contratada.





ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 3º RTOPI  
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.860/0001-67  
Rua Major Focinho, 676 - Centro - CEP: 61.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.6908  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O  
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELÔ 3 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barbosa  
( ) - Arlene L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre S. Rodrigues  
( ) - José José A. de Mesquita Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Escrevente  
Op.: ADRANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELÔ DE AUTENTICAÇÃO.





i) Cópia da quitação do recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos profissionais envolvidos na execução do objeto deste instrumento,

j) Certidões negativas de débito junto às fazendas federal, estadual e municipal;

k) Aprovação no Sistema de Controle de Serviços de Terceiros – SISTER (referente ao período de execução dos serviços).

l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1.1. Não há necessidade de apresentar os documentos dos itens "b", "c", "d" e "e" na primeira medição, desde que não seja medição única. Sendo a última medição deverão ser apresentados tais documentos do mês anterior e atual da realização do serviço. Caso seja a primeira e única medição, deverão ser apresentados documentos do mês da realização do serviço.

6.2. Os documentos relacionados no item 6.1, que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o item 6.5 começará a ser contado a partir da data de apresentação da documentação regularizada.

6.3. Os documentos relacionados no item 6.1, deverão ser apresentados à FISCALIZAÇÃO da CAGECE, até o 5º (quinto) dia útil após o atesto da execução dos serviços e encerramento da medição. Caso a CONTRATADA atrase a entrega da documentação, o prazo previsto no subitem 6.5, começará a ser contado a partir da data de apresentação da documentação.

6.4. A Nota Fiscal constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês, cujo valor será apurado através de medição, acrescido dos valores referentes aos Encargos Trabalhistas e Sociais, vales-transporte, vales-alimentação, taxa de administração, Impostos e Taxas.

6.5. Caso os serviços sejam aprovados pela FISCALIZAÇÃO da CAGECE, o pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia após o atesto da execução dos serviços e encerramento da medição.

6.6. A CONTRATANTE não aceita cobrança através da emissão de boleto bancário.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos oriundos da CAGECE, devendo ser desembolsados no período de duração do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

8.1. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da primeira Ordem de Serviço, expedida pela Gerência de Manutenção Estratégica – GEMAE, da CAGECE.



Verificar gerencia/projeto/contratos/Dig/Contratos/001/000542014.doc 3

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1080 – Vila União  
CEP: 60.420-280 – Fortaleza – CE – Brasil  
Fone: (85) 3101-1825 Fax: (85) 3101-1843

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTOU  
TABELA: ANDELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.005/0001-67  
Rua Major Facundo, 476 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (81) 3464.5908  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O  
referido é verdade Dou fe. Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

*Cartório*  
**Moraes**  
**Correia**

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Pás Lima Barbosa  
( ) - Arlene L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - José Jucel A. de Mesquita Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Escreverias  
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





8.3. Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

#### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 19.7.1. do edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Não poderá adotar na sua composição dos custos dos serviços, remunerações inferiores aos valores previstos no Termo de Referência.

10.2. Cumprir os horários de trabalho estipulados pela legislação vigente, carga horária de 40 (quarenta) e 44 (quarenta e quatro horas) semanais, conforme Convenção Coletiva de Trabalho. A carga horária de 30 horas semanais destina-se apenas para categorias específicas, conforme Lei Federal nº 12.317/2010. O não cumprimento permitirá a CAGECE aplicar as sanções devidas e cancelar o contrato com aplicação das penalidades previstas.

10.3. Só poderá utilizar no desempenho de suas atividades equipes bem treinadas e aptas para executar as tarefas especificadas no item 5 do Termo de Referência. Neste sentido, a contratada é obrigada a manter treinado cada profissional objetivando o desempenho perfeito da equipe como um todo e a correta execução do serviço.

10.4. Utilizar na execução dos serviços, empregados com condições físicas e de saúde compatíveis com as exigências das atividades, bem como com formação escolar mínima explicitada nos pré-requisitos de cada serviço, tendo a devida comprovação através de certificado de conclusão fornecido por órgão reconhecido pelo MEC.

10.5. Se, por qualquer motivo um integrante da equipe não possa desempenhar adequadamente sua função, a contratada se obriga a substituí-lo por outro profissional qualificado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação formal.

10.6. Deverá executar perfeitamente os serviços, dentro dos horários estabelecidos pela CAGECE, através de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, assumindo total responsabilidade sobre os equipamentos, imóveis e utensílios da CAGECE colocados à disposição para execução dos serviços. A contratada obriga-se a indenizar a CAGECE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados aos seus sistemas, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e bens, quer sejam eles praticados por empregado, preposto ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a terceiros.

10.7. Diligenciar para que seus empregados não executem serviços que não os previstos no objeto do Termo de Referência.



servidor@ Cagece/proc/contratos/Dir/Contratos/2014/0054/2014.doc

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Vila União  
CEP: 60.430-280 – Fortaleza – CE – Brasil  
Fone: (85) 3101-1825 Fax: (85) 3101-1843

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 2º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ  
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 05.973.920/0001-67  
Rua Major Facundo, 678 - Centro - CEP: 61.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3454.5280  
E-mail: motalacorreia@motalacorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nestas Notas Públicas O  
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Pás Lima Barbosa  
( ) - Arlene L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - José Jussé A. da Mesquita Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Escreventes  
Op. ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

Confira os dados do seu cert.  
em: [portal.jos-jva.imprensa](https://portal.jos-jva.imprensa)







**Cagece**

Companhia  
de Água e Esgoto  
do Ceará



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria das Cidades

10.8. Atender as solicitações da CAGECE para a prorrogação do turno contratado, cabendo à contratada a adoção das providências pertinentes junto aos Sindicatos ou às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

10.9. Recrutar e contratar a mão de obra especializada em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAGECE, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões e transferências.

10.10. Apresentar, sempre que solicitada, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados.

10.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, escritório de representação, na cidade de Fortaleza ou Região metropolitana, devendo comprovar essa condição em até 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, através de comprovantes de endereço usuais, como contas de água, energia, contrato de locação, escritura de imóvel, dentre outros. O escritório deverá conter estrutura mínima de comunicação, transporte, logística e pessoal. Após os 10 (dez) dias, representante da CAGECE poderá, a qualquer tempo, realizar visita às instalações da Contratada com o fim de conhecer o ambiente operacional e dirimir quaisquer dúvidas. Caso verifique a inexistência de escritório ou se as instalações forem consideradas inadequadas para a boa prestação dos serviços, será motivo para rescisão contratual.

10.12. Manter um preposto específico para este Contrato capaz de representar a contratada perante a CAGECE, responsabilizando-se pela direção dos serviços contratados, assiduidade e pontualidade dos funcionários nos postos de trabalho, contabilização de horas extras e diárias, envio de medições, entrega de vale-transporte, vale-alimentação e fardas, dentre outras atividades inerentes ao bom desempenho dos serviços.

10.2.13. Controlar a frequência dos funcionários envolvidos por meio de relógio de ponto ou cartão magnético, disponibilizado pela contratada. Todas as despesas de instalação/manutenção derivadas dos controles de frequência também serão de responsabilidade da contratada. A instalação/manutenção por parte da contratada de qualquer equipamento de controle de ponto deverá ser acompanhada por técnico da área especialista (GEPEs).

10.14. Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, em especial quanto aqueles a serem digitados e/ou processados, dedicando especial atenção à sua guarda.

10.15. Obedecer às normas e rotinas da CAGECE, em especial as que disserem respeito à segurança e confiabilidade dos sistemas de guarda, de manutenção e da integridade dos dados.

10.16. O currículo dos profissionais deverá atender ao perfil especificado no item 5 do Termo de Referência. A alocação para o atendimento citado dependerá da aprovação, pela CAGECE, dos currículos dos profissionais que prestarão os serviços.



Verificar se o documento está em conformidade com o contrato nº 001/000943/014.doc... 5

Cagece - Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
Av. Dr. Leuro Vieira Chaves, 1030 - Vila União  
CEP: 60.420-280 - Fortaleza - CE - Brasil  
Fone: (85) 3101-1825 Fax: (85) 3101-1843

ESTADO DO CEARÁ - CARTÃO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ  
TABELIA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.093/0001-67  
Rua Major Paschoa, 670 - Centro - CEP: 60.225-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3494.2980  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O  
referido é verdade Dou. fo. Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

**MORAIS  
CORREIA**

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barbosa  
( ) - Arlene L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - José Jucel A. de Mesquita Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Escrevantes  
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Confira os dados do ato em:  
[portal.jus.br/portal](https://portal.jus.br/portal)







10.17. Entregar até o último dia útil do mês anterior da prestação dos serviços, todos os vales-transporte e vales-alimentação referentes ao mês em curso, aos empregados que prestam serviço à contratante.

10.18. O pagamento do salário dos terceirizados deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. A contratada deverá efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados por meio de conta em banco comercial.

10.19. (Se for o caso) O pagamento da diária (adiantamento de viagem) deverá ocorrer até o dia anterior à realização da despesa;

10.20. A equipe a ser disponibilizada para a execução dos serviços na CAGECE deverá ser inteiramente contratada nas formas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

10.21. Dar ciência à CAGECE, imediatamente e por escrito, de qualquer anomalia que verificar na execução dos serviços.

10.22. Deverá fornecer, até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, crachás de identificação para todos os terceirizados, conforme modelo da CAGECE no item 17 do Termo de Referência;

10.23. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança da medicina do trabalho prevista, na legislação pertinente.

10.24. Assumir todos os encargos relativos a pessoal e demais obrigações estabelecidas na legislação trabalhista, inclusive os referentes a acidentes de trabalho, quando as vítimas forem seus empregados durante o desempenho de suas funções.

10.25. É de responsabilidade da contratada eventuais sinistros causados por empregados ao conduzir veículos, não implicando responsabilidade solidária da CAGECE.

10.26. Obrigações com relação à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

10.27. Formação da CIPA, através de eleição, durante o primeiro mês após assinatura do contrato, quando a contratada apresentar efetivo igual ou superior a 20 funcionários no estabelecimento, e, quando não atingido o efetivo, deverá ser designado um responsável dentre os funcionários pelos gestores da contratada.

10.28. Deverá ser fornecida aos gestores do contrato (CAGECE) cópia do registro da CIPA junto a Secretaria Regional do Trabalho e Emprego – SRTE.

10.29. As reuniões da CIPA serão realizadas conforme calendário registrado na SRTE, sendo fornecido cópia aos gestores do contrato (CAGECE).

10.2.30. Demais assuntos não tratados neste contrato deverão ser resolvidos com a GESCO TER – Coordenadoria de Gestão de Serviços Terceirizados ou com a GEPES na Supervisão de Segurança Trabalho.

10.31. A contratada que possui 50 (cinquenta) ou mais empregados está obrigada, caso a atividade seja compatível, a preencher de 2% (dois por cento) a 4% (quatro por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:





ESTADO DO CEARÁ - CARTÃO MORAIS CORRÊA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ  
TABELA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORRÊA - CNPJ: 06.373.040/0001-07  
Rua Major Fausto, 875 - Centro - CEP: 62.025-109 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3454.3360  
E-mail: moraiscomsta@moraiscomsta.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nestas Notas Públicas  
referido é verdade Dou fé, Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barbosa  
( ) - Arlene L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - José Jucel A. de Mesquita Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Escreventes  
Op: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



Confira os dados e  
assinaturas e  
validade



**Cagece**

Companhia  
de Água e Esgoto  
do Ceará



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria das Cidades

- I - de até 100 empregados.....2%;
- II - de 101 a 200.....3%;
- III - de 200 em diante.....4%;

10.32. O terceirizado reabilitado ou deficiente dispensado deverá ser substituído por outro de condição semelhante.

10.33. A contratada, a critério da CAGECE, se compromete a utilizar o Sistema Público de Emprego do Estado, através dos serviços gratuitos prestados pelo SINE/IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho), quando da contratação de pessoal para execução de serviços, objeto desta contratação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. O pagamento dos serviços contratados pela CAGECE será efetuado de acordo com a planilha de custo, do tem 19 do Termo de Referência, sendo a remuneração dos profissionais que prestarão os mesmos de responsabilidade exclusiva da Contratada, conforme legislação vigente.

11.2. A execução dos serviços será feita de acordo com os procedimentos adotados pela CAGECE.

11.3. O dimensionamento da quantidade de equipes para cada tipo de serviço será definido pela CAGECE, considerando sempre o resultado mais otimizado.

11.4. Solicitar a substituição dos funcionários da contratada que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho.

11.5. As solicitações de diária para viagem deverão ocorrer com antecedência de 48 horas, salvo os casos emergenciais, que serão pagos durante a viagem.

11.6. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços ou descumprimento de cláusulas contratuais, fixando o prazo para a sua correção. Caso esta não ocorra, acionar a Procuradoria Jurídica da CAGECE para tomar as providências cabíveis.

11.7. Dar sempre como conferido e perfeito o serviço executado, cumprindo, rigorosamente, os cronogramas estabelecidos pela CAGECE, e responsabilizar a contratada por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham a causar à contratante ou a terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para esta Companhia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por pessoa especialmente designada para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.



variaveisgerenciaisproj/contratos/Contratos2014/00562616.doc 7

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
Av. Dr. Lauro Vieira Cheves, 1032 – Vila União  
CEP: 60.420-380 – Fortaleza – CE – Brasil  
Fone: (85) 3101-1825 Fax: (85) 3101-1543

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTOPJ  
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.873.000/0001-67  
Rua Major Pacundo, 576 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3434.5600  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática  
confere com o original exibido nestas Notas Públicas  
referido é verdade Dou fe. Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barbosa  
( ) - Arlene L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - José Junior A. de Mesquita Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Escriventes  
Ox: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE





### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

13.4. Essas sanções administrativas são complementadas pelas penalidades e sanções previstas no item 13.2. do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDMJ  
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.973.800/0001-07  
Rua Major Paschoa, 675 - Centro - CEP: 61.025-190 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3494.9380  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática  
conferir com o original exibido nestas Notas Públicas e  
referido é verdade Dou fé, Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Piza Lima Barbosa  
( ) - Arlens L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - José José A. de Mesquita Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Escreventes  
Op.: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





**Cagece**

Companhia  
de Água e Esgoto  
do Ceará




**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria das Cidades

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO


15.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, no Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.


E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Procuradoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extrairam 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.


Fortaleza, 6 de junho de 2014.

  
André Macedo Facó  
Diretor-Presidente da Cagece

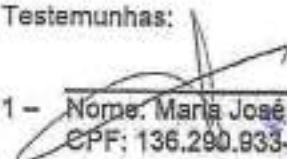
  
José Alberto A. de Albuquerque Jr.  
Diretor de Gestão Empresarial da Cagece

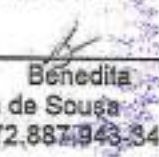
  
Francisco José Pinto Souza Araújo  
Diretor de Operações da Cagece


  
Sileno Kleber Guedes Filho  
Procurador Jurídico  
da Cagece

  
Representante da Contratada  
CPF: 367 200 323-20.

Testemunhas:

1 -   
Nome: Maria José de Abreu  
CPF: 136.290.933-53

2 -   
Nome: Benedita das Graças  
Ibiapina de Sousa  
CPF: 072.887.943-34

  
Cláudio Leite Mota  
Advogado – Proju



Arquivo:penalciad/proju/contratos/Diret/Contratos2014/00542014.691\_9

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará  
Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Vila União  
CEP: 60.420-280 – Fortaleza – CE – Brasil  
Fone: (85) 3101-1825 Fax: (85) 3101-1843



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ  
TABELA: ANGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.093/0001-87  
Rua Major Fausto, 876 - Centro - CEP: 66.129-126 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3466.5998  
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143767 A presente cópia fotostática  
conferir com o original exibido nestas Notas Públicas. O  
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de  
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima Barbosa  
( ) - Ariane L. Rodrigues - ( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues  
( ) - José José A. de Melo Filho - ( ) - Adriano Silva de Brito - Secretários  
Op: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.



pelo Decreto Estadual nº31.468, de 23/04/2014, na Lei Estadual nº15.406, de 25/07/2013 e Processo Administrativo nº8484562/2014. FORO: Comarca de Fortaleza. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento. VALOR: de R\$1.211.002,50 (um milhão, duzentos e onze mil, dois reais cinquenta centavos), correrão à conta do CONCEDENTE e do CONVENIENTE, conforme abaixo discriminados: 1) Recursos do CONCEDENTE: R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) à conta de dotação aprovada pela Lei Estadual nº15.495, de 27 de dezembro de 2013, conforme classificação orçamentária. 2) Recursos do CONVENIENTE: R\$211.002,50 (duzentos e onze mil, dois reais e cinquenta centavos) na forma detalhada no Plano de Trabalho, a título de contrapartida, em recursos financeiros. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 43100001.15.451.031.19712.02000000.44404200.00.0.40. DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2014. SIGNATÁRIOS: Magno Silva Coelho, SECRETÁRIO EXECUTIVO DAS CIDADES e Francisco Cláudio Pinto Pinho, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE.

Petrus Henrique Gonçalves Freire  
COORDENADOR JURÍDICO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº040/CIDADES/2014

CONVENIENTES: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DAS CIDADES e O MUNICÍPIO DE PACUJÁ. OBJETO: A obra de pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no município de Pacujá/CE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar Federal nº101, de 04/05/2000, na Lei Complementar Federal nº131, de 27/05/2009, na Lei Federal nº8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, na Lei Federal nº10.520, de 17/07/2002, na Lei Complementar Estadual nº119, de 28/12/2012, na Lei Estadual nº15.175, de 28/06/2012, no Decreto Estadual nº31.406, de 29/01/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº31.468, de 23/04/2014, na Lei Estadual nº15.406, de 25/07/2013 e Processo Administrativo nº3324721/2014. FORO: Comarca de Fortaleza. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento. VALOR: R\$598.175,83 (quinhentos e noventa e oito mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), correrão à conta do CONCEDENTE e do CONVENIENTE, conforme abaixo discriminados: 1) Recursos do CONCEDENTE: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) à conta de dotação aprovada pela Lei Estadual nº15.495, de 27 de dezembro de 2013, conforme classificação orçamentária. 2) Recursos do CONVENIENTE: R\$98.175,83 (noventa e oito mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) na forma detalhada no Plano de Trabalho, a título de contrapartida, em recursos financeiros. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 43100001.15.451.031.19712.03000000.44404200.00.0.40. DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2014. SIGNATÁRIOS: Magno Silva Coelho, SECRETÁRIO EXECUTIVO DAS CIDADES e Maria Lucivane de Souza, PREFEITA DE PACUJÁ.

Petrus Henrique Gonçalves Freire  
COORDENADOR JURÍDICO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE AJUSTE Nº051/CIDADES/2014

TRANSFERIDOR: O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DAS CIDADES. BENEFICIÁRIO: O MUNICÍPIO DE CARIRIÁQU. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar Federal nº101, de 04/05/2000, na Lei Complementar Federal nº131, de 27/05/2009, na Lei Federal nº8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, na Lei Federal nº10.520, de 17/07/2002, na Lei Complementar Estadual nº119, de 28/12/2012 e suas alterações posteriores, na Lei Estadual nº15.175, de 28/06/2012, no Decreto Estadual nº31.406, de 29/01/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº31.468, de 23/04/2014, na Lei Estadual nº15.406, de 25/07/2013, Decreto Estadual nº28.841, de 23/08/2007 e suas alterações. OBJETO: a obra de pavimentação em pedra tosca na Rua São Francisco Bernardino Borges no Bairro Pernambucozinho, Rua Projetada 01, Rua Projetada 02, Rua Projetada LWA e Rua Projetada LWB no Bairro Umarí, no Município de Caririáqu/CE. VIGÊNCIA: O presente Termo de Ajuste terá a vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento. DOS RECURSOS: R\$211.997,35 (duzentos e onze mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), correrão à conta do CONCEDENTE, e do CONVENIENTE, conforme abaixo discriminados: 1) Recursos do CONCEDENTE: R\$200.000,00 (duzentos mil reais) à conta de dotação aprovada pela Lei nº15.495, de 27 de dezembro de 2013 à conta de dotação aprovada pela Lei nº15.495, de 27 de dezembro de 2013, conforme classificação orçamentária. 2) Recursos do CONVENIENTE:

2) Recursos do CONVENIENTE: R\$11.997,35 (onze mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos) na forma detalhada no Plano de Trabalho, a título de contrapartida, em recursos financeiros. DOTAÇÃO: 43100001.15.451.031.19712.08000000.44404200.00.0.40. DATA DA ASSINATURA: 16 de junho de 2014. SIGNATÁRIOS: Magno Silva Coelho, SECRETÁRIO EXECUTIVO DAS CIDADES e João Marcos Pereira, PREFEITO DE CARIRIÁQU. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 23 de junho de 2014.

Petrus Henrique Gonçalves Freire  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

#### TERMO DE AJUSTE Nº059/CIDADES/2014

TRANSFERIDOR: O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da SECRETARIA DAS CIDADES. BENEFICIÁRIO: O MUNICÍPIO DE ALTANEIRA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar Federal nº101, de 04/05/2000, na Lei Complementar Federal nº131, de 27/05/2009, na Lei Federal nº8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, na Lei Federal nº10.520, de 17/07/2002, na Lei Complementar Estadual nº119, de 28/12/2012 e suas alterações posteriores, na Lei Estadual nº15.175, de 28/06/2012, no Decreto Estadual nº31.406, de 29/01/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº31.468, de 23/04/2014, na Lei Estadual nº15.406, de 25/07/2013, Decreto Estadual nº28.841, de 23/08/2007 e suas alterações. OBJETO: a pavimentação em pedra tosca na Rua Antônio Rufino de Oliveira e Rua Projetada 01, localizadas no Bairro Estevão no município de Altaneira/CE. VIGÊNCIA: O presente Termo de Ajuste terá a vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento. DOS RECURSOS: R\$158.548,73 (cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos), correrão à conta do CONCEDENTE, e do CONVENIENTE, conforme abaixo discriminados: 1) Recursos do CONCEDENTE: R\$123.000,00 (cento e vinte e três mil reais) à conta de dotação aprovada pela Lei nº15.495, de 27 de dezembro de 2013, conforme classificação orçamentária. 2) Recursos do CONVENIENTE: R\$35.548,73 (trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos) na forma detalhada no Plano de Trabalho, a título de contrapartida, em recursos financeiros. DOTAÇÃO: 43100001.15.451.031.19712.08000000.44404200.00.0.40.10219. DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2014. SIGNATÁRIOS: Magno Silva Coelho, SECRETÁRIO EXECUTIVO DAS CIDADES e Joaquim Soares Neto, PREFEITO DE ALTANEIRA. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 23 de junho de 2014.

Petrus Henrique Gonçalves Freire  
COORDENADOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

#### COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

##### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 47/2014

CONTRATANTE: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE CONTRATADA: HERMAGRAM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME. OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma do Bloco A e da Cantina do Picl, em Fortaleza, Com Fornecimento de Materiais e Equipamentos. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Tomada de Preços nº20130034-Cagece - Processo nº0540.000196/2013-03-Cagece - Contrato nº47/2014-Proju-Cagece FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 9 (nove) meses. VALOR GLOBAL: R\$149.726,61 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos) pagos em serviços efetivamente executados DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos Próprios. DATA DA ASSINATURA: 20 de maio de 2014 SIGNATÁRIOS: André Macêdo Facó, Diretor-Presidente da Cagece; José Alberto Alves de Albuquerque Júnior, Diretor de Gestão Empresarial da Cagece e Bruno Jacó Bandeira, Representante da Contratada.

André Macêdo Facó  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

##### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 54/2014

CONTRATANTE: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE CONTRATADA: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para Execução



de Serviços de Manutenção Eletromecânica nos Macrossistemas Operados pela Gerência de Manutenção Estratégica – GEMAE, da CAGECE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Presencial nº20140010 - Processo nº0528.000114/2013-08-Cagece - Contrato nº54/2014-Proju-Cagece FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. VALOR GLOBAL: R\$2.962.003,80 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, três reais e oitenta centavos), sendo o valor mensal de R\$246.833,65 (duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos) pagos em serviços efetivamente executados DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: oriundos da CAGECE. DATA DA ASSINATURA: 6 de junho de 2014 SIGNATÁRIOS: André Macêdo Facó, Diretor-Presidente da Cagece; José Alberto Alves de Albuquerque Júnior, Diretor de Gestão Empresarial da Cagece; Francisco Josinete Souza Araújo, Diretor de Operações da Cagece e Marinalva Lima Pereira, Representante da Contratada.

André Macêdo Facó  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 57/2014

CONTRATANTE: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE CONTRATADA: CONSTRUTORA GRANITO LTDA. OBJETO: Execução de Serviços de Manutenção nos Sistemas de Água e Esgoto da Unidade de Negócio da Bacia da Serra da Ibiapaba - UNBSI, com Fornecimento de Materiais e Equipamentos. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Concorrência Pública Nacional nº20140007/CAGECE/CCC - Processo nº0525.000161/2013-63-Cagece - Contrato nº57/2014-Proju-Cagece FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses. VALOR GLOBAL: R\$4.560.064,02 (quatro milhões, quinhentos e sessenta mil, sessenta e quatro reais e dois centavos) pagos em serviços efetivamente executados DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: recursos da Cagece. DATA DA ASSINATURA: 10 de junho de 2014 SIGNATÁRIOS: André Macêdo Facó, Diretor-Presidente da Cagece; José Alberto Alves de Albuquerque Júnior, Diretor de Gestão Empresarial da Cagece; Francisco Josinete Souza Araújo, Diretor de Operações da Cagece e José Newton Lopes Ribeiro, Representante da Contratada.

André Macêdo Facó  
DIRETOR-PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

#### SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ata da Reunião do Conselho Diretor do Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará (COGEFIT), realizada aos onze dias do mês de junho de 2014, às 14:00h, na sala de reunião da Casa Civil, localizada no Palácio da Abolição, sito à av. Barão de Studart, 505 - Meireles, na cidade de Fortaleza/CE, para atender a seguinte pauta: i. Instalação do novo Conselho Diretor do Fundo de Inovação Tecnológica - COGEFIT; ii. Proposta de regulamentação do COGEFIT; iii. Projeto TECNOVA/FINEP/GOVERNO DO ESTADO; iv. Projeto PROGRAMA QUOTA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE MESTRADO E DOUTORADO - Edital Bolsas Mestrado e Doutorado/FUNCAP. Compareceram à reunião os Conselheiros que abaixo assinam a presente Ata. O prof. Renê Teixeira Barreira, Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE e presidente do COGEFIT, deu as boas-vindas a todos os presentes e constatou que o quorum de pessoas era suficiente para que fosse dado início aos trabalhos da reunião. Em seguida, foram iniciados os trabalhos para atender ao item i da pauta, qual seja, a instalação do novo Conselho Diretor do Fundo de Inovação Tecnológica - COGEFIT, vinculado à SECITECE. Esta composição faz-se necessária em virtude de determinação constante no artigo 2º da nova Lei Complementar nº129, de 22 de novembro de 2013, a qual dispõe sobre o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT e sua administração. Desta forma, o COGEFIT foi criado, tendo como membros os seguintes representantes: Secretário da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE; Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE; Secretário da Secretaria da Fazenda - Sefaz; Secretário Chefe da Casa Civil do Estado; Presidente da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap; Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC; e do Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Cearenses - CRUC. De imediato, o presidente do COGEFIT empossou os Conselheiros que abaixo assinam a presente Ata. Passando ao item ii da pauta, o Presidente do COGEFIT apresentou a proposta de Regimento

Interno do próprio Conselho Diretor do Fundo de Inovação Tecnológica. Esta proposta, dentre outras questões, tratou de estabelecer normas relacionadas às finalidades, competência, composição e funcionamento do Conselho. Os Conselheiros aprovaram todo o teor do Regimento Interno e ficou decidido que, após publicada Resolução do COGEFIT no Diário Oficial do Estado, o referido Regimento entraria em vigor. Ainda sobre regulamentações, foi apresentada, detalhadamente, a minuta do Decreto que deverá regulamentar a Lei do Fundo de Inovação Tecnológica nº129, de 22 de novembro de 2013, especialmente no tocante a sua operacionalização. Esta minuta, segundo mencionou o Presidente da Funcap, já havia sido encaminhada ao endereço eletrônico de cada um dos participantes desta reunião. Após discussão, o Regimento Interno do COGEFIT foi aprovado por unanimidade. Quanto ao Decreto que regulamenta a Lei Complementar nº129, de 22 de novembro de 2013, o COGEFIT aprovou o seu encaminhamento à Procuradoria Geral do Estado - PGE, para os encaminhamentos requeridos à sua publicação no Diário Oficial do Estado. Sobre o item iii, os Conselheiros foram informados sobre a importância do Projeto Programa de Apoio à Inovação Tecnológica em Microempresa e Empresas de Pequeno Porte [TECNOVA], executado através de instrumento próprio, que tem como parceiros a Associação Técnico-Científica Engº Paulo de Frontin - ASTEP, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a SECITECE. Na oportunidade, foi explanado que os recursos serão investidos, através da modalidade subvenção econômica, no desenvolvimento da inovação de micro e pequenas empresas do Estado do Ceará, sob a coordenação da SECITECE. Após isto, foi relatada a necessidade do Governo do Estado do Ceará depositar contrapartida financeira para consecução dos objetivos delimitados no instrumento firmado com o intuito de executar o Tecnova. Valor total do projeto: R\$15.593.075,68, sendo da FINEP o valor de R\$9.712.052,68 e de contrapartida - FIT, o valor de R\$5.881.022,68. O prazo de execução será de 36 (trinta e seis) meses. Aberta a votação, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a utilização dos recursos do FIT para desenvolvimento do referido mencionado projeto. Ao tratar do item iv da pauta, o Presidente da Funcap apresentou aos Conselheiros o projeto Programa Estratégico de Bolsas Acadêmicas [mestrado e doutorado] com quotas para as Instituições de Ensino Superior - IES no Estado do Ceará. O projeto tem como objetivo fortalecer as áreas estratégicas do ensino de pós-graduação no Estado, na sua qualidade, visando prover o Ceará de recursos humanos altamente qualificados para a pesquisa científica, tecnológica e a inovação de modo a contribuir para o seu desenvolvimento social e econômico. As bolsas de Mestrado Acadêmico e Doutorado serão concedidas pela Funcap sob a forma de quotas institucionais às Pró-Reitorias e/ou Vice-Reitorias das IES com Programas de Mestrado Acadêmico e Doutorado aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O projeto terá uma vigência de 36 (trinta e seis) meses, no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais). Feitas as considerações necessárias, o COGEFIT aprovou, por unanimidade, a iniciativa do Presidente da Funcap e autorizou a utilização de recursos para o apoio a programas de ciência, tecnologia e inovação [C,T&I], em conformidade com o que preceitua o art.10 da Lei Complementar 129/2013. Com o fim dos assuntos da pauta, o presidente do COGEFIT fez os últimos agradecimentos e, nada mais havendo a ser tratado, às 16:00h, declarou encerrada a reunião. Eu, Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior, secretário executivo do COGEFIT, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros do Conselho presentes. Em Fortaleza, Ceará, 11 de junho de 2014.

Renê Teixeira Barreira

PRESIDENTE DO COGEFIT E SECRETÁRIO DA CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO  
CEARÁ

Gotardo Gomes Gurgel Júnior

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Arialdo de Mello Pinho

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL

Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FUNCAP

Roberto de Proença Macêdo

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO  
DO CEARÁ - FIEC

José Jackson Coelho Sampaio

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES CEARENSIS -  
CRUC

\*\*\* \*\*